

O Ribatejo e a I República: regionalismo e etnografia (1910 – 1929). Notas preliminares

Pedro Silva Sena
(CRIA—NOVA FCSH)





CRIA

WORKING PAPER 26

**O RIBATEJO E A I REPÚBLICA: REGIONALISMO E ETNOGRAFIA
(1910 – 1929). NOTAS PRELIMINARES**

Pedro Silva Sena

CRIA – NOVA FCSH

pedrosilvasena@gmail.com

Abril de 2025

Resumo

Este texto foi redigido no âmbito da pesquisa de doutoramento intitulada «Cultura Popular, Nacionalismo e Regionalismo: Génese Social da Região em Portugal – o *Ribatejo*» e aborda, exploratoriamente, o modo como as representações do Ribatejo e dos seus habitantes produzidas a partir do Romantismo se consolidaram e *coalesceram* no período da I República e no contexto de processos simultâneos e imbricados de nacionalização e regionalização da cultura popular. Ao mesmo tempo, estabeleceremos os nexos existentes entre a (re)produção destas representações, o regionalismo ribatejano, a etnografia, a literatura e as artes da imagem. Por fim, analisaremos as produções literárias que apresentam um afastamento ou uma dissonância em relação aos discursos gradualmente hegemónicos que *diziam* o que o Ribatejo era.

Palavras-chave: representações e estereótipos, literatura, pintura, azulejaria, fotografia, cinema, nacionalização e regionalização da cultura popular, região e regionalismo, Ribatejo

Keywords: representations and stereotypes, literature, painting, tiling, photography, cinema, nationalization and regionalization of folk culture, region and regionalism, Ribatejo

“É o campino a figura típica genuína que simboliza o homem português”

José Pedro do Carmo, *Touros. Arte Portuguesa* (1926)

1. Reaportuguesar Portugal, *regionalizando-o*: nacionalismo, regionalismo e etnografia regionalizada, espontânea e «artística»¹

A obra que Alberto Pimentel dedica ao Ribatejo, *A Estremadura Portuguesa – Primeira Parte – O Ribatejo* (1908), surge-nos como um reflexo etnográfico não só do processo de individualização/identificação do Ribatejo no espaço nacional como, também, da influência em Portugal das teses regionalistas desenvolvidas em França, desde a *Belle Époque*, por intelectuais e políticos de diversos quadrantes ideológicos, as quais propunham a identificação de localidades intra-nacionais (as regiões) e propugnavam pela descentralização do Estado francês com base nessas mesmas localidades (cf. Charle 1980, Thiesse 1991 e Guieu 2003). Em Portugal, à semelhança do caso transpirenaico, tratou-se de um movimento protagonizado por elites locais – ou de origem local (cf. Bottomore 1973) – tendente ao reconhecimento simbólico, socioeconómico e político-administrativo dos espaços diferenciados que compunham a nação, fossem estes concebidos enquanto distritos, províncias, municípios ou arquipélagos. Do Algarve a Trás-os-Montes, sobretudo nos anos de crise política, económica e social da I República, regionalistas portugueses com percursos político-ideológicos diversos vão reclamar uma menor dependência política e socioeconómica das «periferias» em relação ao «centro». Tal empoderamento constituiria a solução para os problemas colocados pelo «rotativismo» republicano, pelo «centralismo» do Estado e – visto a partir de determinadas perspectivas tradicionalistas e ou conservadoras – pelos processos de desenvolvimento urbano, tecnológico e sociocultural (cf. Ramos 2001, Catroga 2006, Amaro 2006, Monteiro 2009, Queiroz 2010, Leal 2000 e Sobral 2007; conferir para os estudos de caso regionais, Melo 2004 e 2006, Vieira 2005, Nunes 1989, Prista 1997, Serra 1997 e Sena 2011 e 2018).

¹ O presente *working paper*, à semelhança de outros já publicados (Sena 2011, 2018 e 2022), resulta de uma pesquisa de terreno multilocalizada levada a cabo entre 2005 e 2007, em diversos concelhos dos Distritos de Santarém, Lisboa e Setúbal, no âmbito de um projecto de doutoramento em Antropologia intitulado «Cultura Popular, Nacionalismo e Regionalismo: Génese Social da Região em Portugal – o Ribatejo» e orientado pelo Professor Doutor João Leal (FCSH-UNL).

À época em que se publica *A Estremadura Portuguesa – Primeira Parte – O Ribatejo*, as propostas de descentralização política são dominadas pelo paradigma federalista, isto é, pelo federalismo municipalista e provincialista; o qual surge na esteira do pensamento reformista desenvolvido por Alexandre Herculano e pelo republicano e socialista José Félix Henriques Nogueira (cf. Catroga 2006 e Nogueira 1851). O federalismo constituirá precisamente uma das propostas políticas do republicanismo português, sendo defendido no seio dos centros republicanos e do próprio Partido Republicano Português – que o inscreve no seu primeiro programa (cf. Queiroz 2010 e Catroga 2006)². Já durante a I República, tanto o federalismo como o regionalismo vão inspirar, quer entre republicanos quer entre monárquicos, formações partidárias e associações de comprovincianos, as quais propõem a região – ora enquanto província, ora enquanto distrito (cf. Catroga 2006) – como instância primordial do próprio «amor à pátria», o sentimento renovador que se desejava para o bem da nação³.

O regionalismo era, segundo o senador regionalista Armando Marques Guedes (1886-1958), ““a (...) doutrina da reacção local contra os vícios do centralismo [com o objectivo] de valorização da província e com ela do país”” (Monteiro 2009: 72). A região, em última análise, constituiria essa instância mediadora e regeneradora entre as «torres caídas» da paróquia e a capital, politicamente perigosa e distante (cf. Ramos 2001 e Monteiro 2009). Em termos político-administrativos, socioeconómicos e culturais mais precisos, tratava-se de contrabalançar o centralismo do Estado, os poderes económicos sediados de Lisboa e os anseios de modernidade que os republicanos propalavam (cf. idem):

O regionalismo inscreve-se numa reacção profunda da Província contra as transformações económicas, políticas e sociais (internas e externas) ligadas à denominada modernidade. O movimento regionalista assume-se, desde o início, não obstante as ambiguidades e contradições políticas, claramente contra aquilo

² O programa que guiará a acção política do Partido Republicano Português até Outubro de 1910, “(...) mantinha uma feição federalista quando tratava da estruturação do poder legislativo e administrativo, ao prever a federação de municípios e a federação de províncias.” (Queiroz 2010: 1).

³ Nas palavras de José Félix Henriques Nogueira (1825-1858), nascido em Torres Vedras: “Amor à província antes do amor à pátria. Sem amor à província não existe amor à pátria” (Monteiro 2009: 68). Para um estudo aprofundado das propostas regionalistas e municipalistas no campo político-administrativo ao longo dos séculos XIX e XX, conferir Catroga 2006 e Oliveira 1996; conferir ainda, Monteiro 2009, Amaro 1996 e 2006 e Queiroz 2010.

que consideravam ser os malefícios da modernidade, sobretudo por colocarem em causa a tradicional mundividência e, ao mesmo tempo, por imporem um novo paradigma de relações sociais que, progressivamente, ia apagando as velhas referências simbólicas e identitárias. Estas mudanças, mesmo que aparentemente lentas em Portugal, foram sentidas de forma muito especial no mundo rural, onde os antigos equilíbrios sociais se romperam, sem que os vários poderes (central e periféricos) e a crise do demoliberalismo criassem novos mecanismos para os poderem debelar. (Amaro 2006: 416).

A ideia de «patriotismo local» – na expressão de António Sardinha – desenvolve-se no final do século XIX e início do século XX num contexto de crescente conflituosidade social e desagregação do Estado liberal centralizador (cf. Ramos 2001, Oliveira 1996 e Catroga 2006). Relativamente ao regime republicano, este revelou-se incapaz de reformar em consonância com as propostas descentralizadoras inscritas no seu programa político: para protesto dos deputados e senadores federalistas e regionalistas, a Constituição de 1911 consagra o princípio do «Estado unitário» e adia a reforma administrativa federalista para a primeira revisão constitucional – só possível ao fim de dez anos (cf. Queiroz 2010). É neste contexto de incapacidade estatal de resposta aos problemas identificados localmente que os regionalistas começam a organizar-se, à escala desejada, no sentido de verem cumpridas as suas aspirações socioeconómicas e as suas reivindicações sociopolíticas de autonomia pela descentralização. Uma das expressões desta organização são os «congressos regionais», tendo o primeiro apelo à sua realização chegado às páginas da imprensa nacional em 1913 (cf. Simões 2005). O primeiro destes congressos realizou-se, dois anos depois, no Algarve (cf. Nunes 1989). Nas décadas seguintes, os «congressos regionais» vão revelar-se iniciativas bem-sucedidas, ocorrendo em cada região (cf. Queiroz 2010, Serra 1996, Vieira 2005, Simões 2005, Forte 1996, Melo 2004 e 2006, Amaro 1996 e 2006, Trindade 1994) – mesmo quando, como no caso em análise, o regionalismo já havia sido neutralizado e enquadrado politicamente pelo Estado Novo (cf. Sena 2011 e 2018). Paralelamente, os regionalistas vão fundando agremiações regionais na capital do país (cf. Queiroz 2010, Serra 1996, Vieira 2005, Simões 2005, Nunes 1989, Forte 1996, Melo 2004 e 2006, Amaro 2006 e Trindade 1994). No entanto, estes não conseguiram constituir uma alternativa política viável ao “centralismo do Terreiro do Paço”, uma vez que estavam divididos geográfica e politicamente: logo em 1911, no Alentejo, defende-se a organização de um partido

político regionalista, o qual, constituindo-se sob a denominação de Partido Republicano Regional, chega a ir a votos aquando das eleições suplementares de 1913, antes de se dissolver em virtude do fraco acolhimento dado às suas propostas políticas (cf. Vieira 2005).

É à luz deste contexto político que devemos analisar a articulação entre a regionalização de determinados elementos da cultura popular rural *no* Ribatejo e a (progressiva) instituição do mesmo enquanto *região*. A predita obra de Alberto Pimentel é um testemunho dessa articulação. A noção de *região* nela empregue estrutura, desde logo, a caracterização dos lugares e das populações. Pimentel descreve a “vasta, rica, e pitoresca região do Ribatejo” no quadro estremenho, procurando distingui-la de outras regiões, tanto do “ponto de vista económico” como dos “seus caracteres etnográficos” (1908: 1). Tal parece reflectir, em primeiro lugar, uma apropriação do conceito de *região* que extravasa os limites da geografia regional portuguesa – à época quase circunscrita à obra de Bernardino Barros Gomes (cf. Ribeiro 1995 e Sena 2022) – e revela uma articulação com o discurso político regionalista. Em segundo lugar, afigura-se um reflexo do desencadear do primeiro movimento regionalista ribatejano, no final do século XIX, em Santarém (cf. Sena 2018). É neste sentido que podemos compreender o interesse em reconhecer reivindicações locais – políticas e culturais – de liderança regional, como é o caso de capital distrital:

Terra fértil e remuneradora, sim; (...) e não é sem estranheza nem assombro que o viajante mira os altos penhascos d’onde Santarém, entronizada, parece estar-se proclamando a cabeça, a capital da região ribatejana. (1908: 32)

Por outro lado, à medida que o autor enumera os periódicos de cada concelho da região, são vários os títulos que remetem para temas locais/regionais cada vez mais recorrentes e emblemáticos – como o exemplificam os títulos de Vila Franca de Xira: *O Ribatejo* (1877-1880), *O Campino* (1879), *Gazeta do Campino* (1882) e *Ecos do Ribatejo* (1904) –, como que fundamentando as particularidades locais e a causa dos primeiros regionalistas. E não constituía o Ribatejo uma *parte* distinta da Estremadura na própria estrutura da sua obra?

Podemos detectar a mesma influência (ideológica) regionalista nas obras em que Marcelino Mesquita elege temas (já então) próprios *do* Ribatejo (cf. 1913 e 1908; e ainda, Lopes 1990 e Sena 2018), pois tanto Mesquita como Pimentel concebem as respectivas obras no âmbito de um determinado quadro *regional*. Os regionalistas ribatejanos pósteros, por seu lado, irão recorrer a Pimentel como caução dos seus argumentos e recuperar, recorrentemente, a prosa de Mesquita – assim como a obra literária de outros autores locais. Com efeito, o seu conto “A Desforra do Maioral”, por exemplo, será publicado diversas vezes, em volume e nas páginas de periódicos, entre 1896 e 1970⁴. Já a publicação tardia de *Os Campinos* no periódico *De Teatro*, bem como a sua encenação em Lisboa, em 1924, no Politeama, acontecem precisamente na época em que os diversos movimentos regionalistas estavam a ganhar expressão política e cultural num contexto marcado pelas cisões regionais/regionalistas no seio do Partido Republicano Português (cf. Queiroz 2010 e Vieira 2005) e pela acção política e ideológica de alguns grupos políticos nacionalistas mais conservadores – como os integralistas e o núcleo redactor da revista *Pela Grei* (cf. Pinto 1982, Cruz 1982 e Lopes 1982)⁵.

Neste longo processo através do qual a cultura popular *no* Ribatejo se torna *a* cultura popular *do* Ribatejo, estiveram decisivamente envolvidas as elites locais, em particular aquelas que conjugavam o capital fundiário com o político-simbólico ou que desenvolviam relações com o poder central. Passos Manuel, Carlos Relvas e Campos, Marcelino Mesquita, Emílio Infante da Câmara e José Palha Blanco são alguns dos exemplos possíveis (cf. Nunes 2003). *Tenta de Gado Bravo na Propriedade de Emílio Infante com o Espada Bombita*, o primeiro filme (que se conservou) onde se documenta esta prática tauromáquica em Portugal, é rodado, em 1914, com o patrocínio de Emílio Infante da Câmara, proprietário no concelho de Santarém e em concelhos limítrofes. Por seu lado, no concelho de Vila Franca de Xira, José Palha Blanco é neste período um dos

⁴ O periódico *Vida Ribatejana*, fundado por Fausto Nunes Dias (1900-1971) em 1917 e desde cedo um veículo do discurso regionalista ribatejano, publicará este conto na década de quarenta (cf. *Vida Ribatejana*, Edição Especial, Julho/Agosto de 1948). Mais tarde, Natércia Freire inclui-lo-á na sua antologia literária regionalista (cf. s.d.).

⁵ A Casa do Ribatejo, uma agremiação regionalista fundada em 1942, voltará a publicar esta “peça de costumes ribatejanos” de Marcelino Mesquita nas páginas do seu órgão associativo pouco tempo volvido após a mesma ter sido reencenada, em Alhandra, por Faustino dos Reis Sousa (1883-1972) – actor, encenador, poeta, fotógrafo amador, cofundador da referida agremiação e colaborador do *Mensageiro do Ribatejo* e da *Vida Ribatejana*, ambos folhas impressas em Vila Franca de Xira (cf. *Vida Ribatejana*, Edição Especial, Julho/Agosto de 1948).

proprietários fundiários mais empenhados em dar a conhecer a sua actividade, o seu meio e a promover a tauromaquia. Em 1900, manda erguer a praça de touros de Vila Franca de Xira, que hoje nomeia. São as suas explorações agrícolas e pecuárias que Alberto Pimentel, o engenheiro agrónomo Carlos Yglesias Vianna (1887-1939) e Carlos Malheiro Dias visitam a fim de colher notas para redigir *A Estremadura Portuguesa – Primeira Parte – O Ribatejo* (cf. 1908), *A Raça Brava no Ribatejo* (cf. 1905) e a crónica “Vila Franca de Xira e o Ribatejo” (cf. 1982); as mesmas explorações que a Ilustração Portuguesa e o cinema registarão mais tarde⁶.

O regionalismo, entretanto, começa a ter consequências políticas e sociais na região, à semelhança do que acontecia noutras partes do país. A Liga Regionalista do Ribatejo, fundada em Santarém, no final do século XIX, por proprietários fundiários, profissionais liberais, detentores de cargos políticos e chefias locais dos serviços administrativos do Estado, organiza uma “exposição de produtos regionais” em 1893 (cf. Girão 1933: 105) e desenvolve uma actividade política intensa nos derradeiros anos da I República (cf. Comissão Executiva do Congresso Ribatejano 1924, Liga Regionalista do Ribatejo 1923 e Daveau et al 1998). No início dos anos vinte, em consequência do agudizar da crise político-económica que abalava a «Nova República Velha», recrudescer o apoio das elites políticas, económicas e intelectuais locais ao municipalismo, ao federalismo e aos movimentos regionalistas. Conforme já referimos, propõem-se regenerar e descentralizar administrativamente o país (cf. Oliveira 1996, Ramos 2001, Catroga 2006, Melo 2004, 2006 e Monteiro 2009).

Uma das formas de mobilização e de reivindicação assumida por estes movimentos foi a organização de congressos municipalistas e regionais (cf. idem). Os regionalistas ribatejanos, há muito organizados, não deixarão de realizar um congresso, o qual ocorre em Maio de 1923, na cidade de Santarém, ao cabo de dois anos de preparação. Oficialmente, a iniciativa partira do presidente do executivo municipal santareno, mas em articulação com a Liga Regionalista do Ribatejo e “satisfazendo várias solicitações de indivíduos que muito se interessam por esta região” (Comissão Executiva do Congresso

⁶ Estamos a referir-nos, por exemplo, à crónica “As Ceifas”, de Faustino dos Reis Sousa (Ilustração Portuguesa, 6 de Julho de 1914: 9-12) e ao filme *Criação de Gado Bravo na Ganaderia Palha Branco*, de 1925 (cf. Matos-Cruz 1989).

Ribatejano 1924: 3)⁷. Entre os indivíduos «interessados por esta região», contavam-se: latifundiários – muitos dos quais presidiam a executivos camarários ou a associações agrícolas e comerciais (como José Palha Blanco, vários elementos da família Infante da Câmara e Manuel Tavares Veiga)⁸; senadores e deputados da República; engenheiros agrónomos e veterinários; dirigentes dos serviços administrativos do Estado e de companhias de acções (como a Junta Geral do Distrito de Santarém, a Junta Autónoma de Fomento Agrícola, a Companhia das Lezírias do Tejo e do Sado e a Companhia dos Caminhos de Ferro) e, ainda, regionalistas em representação de outras regiões (como Jaime Lopes Dias⁹). A participação de deputados à Assembleia e de antigos ministros naturais da região – como o almirante Augusto Neuparth (1859-1925), ministro da Marinha nos governos chefiados por Bernardino Machado entre Fevereiro e Dezembro de 1914 –, asseguraria a presença dos ministros da agricultura e do comércio em exercício (isto é, de um dos executivos de António Maria da Silva), a atenção da imprensa de Lisboa e do Porto, e, ainda, a saudação telegrafada do Presidente da República (António José de Almeida). Durante as sessões, e para recreio dos conferencistas, foram organizados um concurso hípico, uma corrida de touros nocturna e uma visita aos “monumentos da cidade e [a] gozar os seus pontos de vista, excepcionalmente belos” (idem: 242).

Na circular de convocação dirigida pelo executivo camarário de Santarém aos restantes executivos concelhios da região, é invocada a representação do Ribatejo como lugar de fertilidade agrícola comparável ao vale do Nilo a fim de se exigir os investimentos e as obras públicas necessárias para garantir e potenciar tal fecúndia:

⁷ Os organizadores do congresso definiam assim os contornos espaciais do Ribatejo: “Em harmonia com os seus limites tradicionais, abrange a região Ribatejana, na margem direita do Tejo: os Concelhos de Abrantes, Constância, Barquinha, Torres Novas, Golegã, Santarém, Cartaxo, Azambuja, Alenquer, Vila Franca de Xira e Loures; e na margem esquerda: os da Chamusca, Alpiarça, Almeirim, Salvaterra de Magos, Benavente, Coruche, Alcochete, Aldeia Galega do Ribatejo [Montijo] e Moita do Ribatejo. O Barreiro (...) pertence ao estuário do Tejo e não a esta região; mas é (...) a continuação geográfica do Ribatejo e bem tem merecido as nossas melhores atenções.” (Comissão Executiva do Congresso do Ribatejano 1924: 4).

⁸ Manuel Tavares Veiga (1863-1950), natural da Golegã, engenheiro agrónomo de formação, coudel, vitivinicultor, irmão perpétuo e benemérito da Misericórdia de Santarém, provedor e benemérito da Misericórdia da Golegã, primeiro edil da Golegã após a implantação da República e polígrafo (sob o pseudónimo de *João de Eira*).

⁹ Jaime Lopes Dias (1890-1977), licenciado em Direito, professor, funcionário administrativo, administrador de concelho e vereador (Idanha-a-Nova) e director dos Serviços Centrais e Culturais da Câmara Municipal de Lisboa (entre 1938 e 1960). Lopes Dias, um regionalista empenhado e prolífico, é autor de diversas obras de etnografia espontânea – nomeadamente sobre a(s) Beira(s) e Lisboa – e integrou a comissão organizadora do Grande Cortejo Folclórico (1937) (consultar nota biográfica em <http://www.matrizpci.dgpc.pt>; última consulta em 22.04.2024).

O rio Tejo, que devia ser, como o Nilo no Egipto, a riqueza desta região, abandonado como está, com o seu leito assoreado e com a irregularidade das suas margens, é na maior parte dela, a ruína dos campos que inunda. As obras de hidráulica agrícola, a viação fluvial e terrestre, o aperfeiçoamento das indústrias regionais, são problemas, entre muitos outros, dos que mais interessam a esta região. (Liga Regionalista do Ribatejo 1923: 4)

Aliás, para descrever a região e ilustrar os argumentos dos conferencistas, são evocados e citados, entre outros, os textos de Almeida Garrett, Rebelo da Silva, Oliveira Martins e Fialho de Almeida, bem como algumas obras de Rafael Bordalo Pinheiro. Joaquim Correia da Costa (1896-1968), natural de Moita (*do Ribatejo*), então no início de um percurso em que viria a fazer carreira como diplomata, crítico literário, publicista e poeta (cf. Lisboa 1994, Vol. III), começa a sua comunicação, intitulada “A Terra Ribatejana” – texto publicado um ano antes –, com uma referência laudatória a *Os Gatos*, para, em seguida, apresentar Fialho de Almeida como o mais significativo “pintor oral” do Ribatejo. Já Francisco Mota Cabral, natural de Azambuja, médico, jornalista, monárquico e defensor da legalização das corridas de touros de morte, relembra na sua apologia destas corridas a descrição do Ribatejo e do campino de Oliveira Martins, a descrição garrettiana da planície, o encómio tauromáquico de Fialho de Almeida e os desenhos de campinos de Rafael Bordalo Pinheiro (cf. Costa 1924 e Cabral 1924)¹⁰.

O congresso abriu com o tema “A região – Seus limites; características regionais; monumentos; museus de antiguidades”¹¹, tendo Francisco X. C. Silva Teles (1860-1930) inaugurado a sessão apresentando uma comunicação onde delimita e caracteriza geograficamente a região, tomando-a enquanto realidade histórica, a cuja liderança política e simbólica no quadro regional e ou distrital caberia por sede Santarém – texto influente para o estabelecimento sistemático dos limites e caracteres geográficos do

¹⁰ Francisco Mota Cabral (1889 – 1959), ele próprio proprietário fundiário, entrevistará Marcelino Mesquita, nessa mesma época, enquanto repórter do Diário de Lisboa. Mais tarde, perto do final da sua vida, será autor de uma obra de cunho biográfico sobre o escritor cartaxense (cf. Rato 2009: 10-11).

¹¹ Os outros temas propostos estavam relacionados com a navegabilidade do rio Tejo e o controlo das inundações inverniais, o desenvolvimento do comércio, da indústria, do turismo e da agricultura, e, por fim, a organização do ensino primário e agrícola (cf. Comissão Executiva do Congresso do Ribatejano 1924).

Ribatejo, o qual, como indicámos noutra lugar (cf. Sena 2022), Silva Teles publicará no boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém e adaptará para o *Guia de Portugal* (cf. Teles 1924a, 1924b e 1927). Em seguida, caracterizou-se a região a partir de uma perspectiva etnográfica e paisagística e defendeu-se a criação de um museu regional em Santarém (cf. Costa 1924 e Oleiro 1924). Em “A Terra Ribatejana”, Joaquim Correia da Costa argumenta que o Ribatejo, “terra eleita, altamente portuguesa”, “fecunda, típica e rica de pujança e fertilidade”, “traduz e define como nenhum outro rincão o velho Portugal rural e agrícola” (1924: 29-30). A região representaria tal passado nacional impreciso, mas valorizado, a partir da relação longa, ininterrupta e modeladora entre os seus habitantes e (o cultivo d)a terra – escassamente dividida e pouco povoada –, a qual faria destes descendentes e representantes de populações pretéritas:

A alma antiga da raça tem aqui na suavidade de écloga cristã destes campos, a sua maior exaltação, o seu maior esplendor. (...) / Em volta da propriedade é o casal que sintetiza todo o pensamento da terra. O casal é o templo agrícola, panteísta, onde o homem labuta, sofre, pensa, compreende o silêncio que o sufoca, que o rodeia como um êxtase profundo. (Costa 1924: 30)

Esse ‘homem’ é o camponês, mormente o campino, símbolo que se propõe para o Ribatejo e para o país:

O homem forte, de alto arcaboijo, tostado do sol, de barrete verde ou vermelho, ou de longo chapeirão braguês, calças à boca-de-sino, sapato ferrado, segurando o pampilho dominador, fazendo da mão um alpendre para ver o sol, de olhos azul castanhos ou negros, herdeiro um pouco do celta e do moiro, corajoso e firme, e ao mesmo tempo alheado e silencioso (...) – *o homem ribatejano é uma alta afirmação, é uma alta honra da raça.* / É a terra que o esculpiu, assim, forte e ausente, em cujos olhos a ausência vive a cópia infinita dos campos adormecidos. (Idem: 31; itálicos nossos)

O “ribatejano”, camponês, *campino*, «herdeiro um pouco do celta e do moiro» (cf. Sena 2018 e Leal 2000), enquanto trabalhador rural e cristão, constituía então, para as elites locais e nacionais, um modelo a ser emulado por outros grupos que ocupavam o mesmo lugar na estrutura social (hierárquica):

(...) O ribatejano levanta-se mal o sol nasce. Trabalha sempre. (...) Reza. Compreende inconscientemente a alma de Deus. Respeita as coisas cristãs e cheias de ternura, respeita o seu próprio amor. Segue as tradições. / Baila quando deve bailar, canta quando a sua alma tem esse desejo divino. (Costa 1924: 33)

Relembrando Fialho de Almeida (Cf. 1934) a propósito da decadência dos espectáculos tauromáquicos que urgia contrariar, Correia da Costa associa o campino ao touro – “maior símbolo da planura rural” (1924: 35) –, às esperas de touros – “o mais belo espectáculo desportivo da raça” (Idem: 36) – e às corridas de touros (Idem). A predilecção pelas práticas tauromáquicas constituiria, por isso, um “culto da força, da valentia e da arrogância da raça” que teria no Ribatejo a sua expressão mais significativa e autêntica: “O Ribatejo é detentor da valentia desportiva e tauromáquica. A tourada é o seu mais belo enleio.” (Idem: 36). A estes aspectos da identidade nacional próprios da cultura popular regional, Correia da Costa identifica e acrescenta outros: os trabalhos agrícolas (a sacha, a monda, a ceifa, a vindima); as romarias; as feiras e os mercados; as canções e as danças; os “tipos regionais”. E propõe o seu estudo, preservação e exibição como modo de pugnar pelo “ressurgimento da província e da raça” (Idem: 41). Neste sentido, sugere a realização de “paradas agrícolas” durante as festividades existentes, veículo de “representação estética do trabalho rural”, isto é, da “alma da região” (Idem: 36)¹²:

¹² Ramalho Ortigão havia feito uma sugestão semelhante na “Epístola a Mr. Jonh Bull”, d’*As Farpas*, certamente a partir do exemplo das exposições agrícolas introduzidas em Portugal nos meados do século XIX – como a Exposição Agrícola de Lisboa, a qual teve várias edições, em diversos locais, entre 1852 e 1884 (cf. Vaquinhas e Neto 1998 e Ferreira 1987). No entanto, a organização destas performances folclóricas não era uma novidade na região. Em Santarém, durante as “Festas da Cidade” de 1914, em comemoração da “entrada das tropas liberais” na cidade, foi organizado um vasto programa de festejos que incluíam, a par de uma “parada agrícola e pecuária”, um concurso hípico, entradas e corridas de touros, a exibição folclórica de um “Rancho de Tricanas de Aveiro”, um cortejo cívico, o lançamento da construção de um monumento de homenagem ao marquês de Sá da Bandeira, uma feira franca, uma batalha de flores, concursos musicais e uma “grande festa da aviação” com a exibição de um “aeroplano” – no cartaz alusivo

Em todas as festas concelhias era admirável que se organizassem paradas agrícolas com carros, debulhadoras, charruas, alfaias, géneros decorativos, juntas de bois com as suas cangas ornamentadas de enfeites, cavalos ajaezados à maneira regional, machos e mulas decorados também, com guizeiras e enfeites próprios. (Costa 1924: 36)

Por outro lado, a cultura popular material seria enaltecida e conservada pela criação de um “museu regional”, proposto para Santarém tanto pelo congressista cuja comunicação estamos a analisar, como pelo seu congénere de Abrantes, Diogo Oleiro, então director de um museu local (cf. 1924)¹³. Neste museu, “prova de amor natal à terra origem” (Costa 1924: 39), haveria ainda um espaço para a representação artística de temas da cultura popular regional já recenseados, defendida num repto – regionalizar a arte:

(...) fazer desse museu um ponto carinhoso onde se encontrem obras de olaria, de faiança, de escultura, trechos de paisagem reflectidos através da pintura e da aguarela, tipos em terracota e em barro ou mármore dos seus personagens característicos – o cavador (...), o ceifador, o homem do lagar, o homem que monda (...), o tanoeiro (...), o maioral (...), o tipo do camponês e da camponesa

destaca-se a representação de um campino, apeado, e de monumentos locais (Correio do Ribatejo, 9 Março de 2007: 1).

¹³ Diogo Armando da Silva Oleiro (m. 1962), natural de Abrantes, edil, erudito local e representante deste concelho nos órgãos da Casa do Ribatejo nos anos 1940, dedicou a sua comunicação à proposta deste projecto museológico nunca concretizado. Oleiro fundara, em 1922, o futuro Museu Municipal D. Lopo de Almeida, concebido e aberto ao público, no ano seguinte, como «museu regional», isto é, nos seus múltiplos sentidos de museu *local* (Abrantes), *regional* – de uma determinada área em torno de Abrantes e, no quadro do regionalismo ribatejano, do Ribatejo – e *nacional* – conforme concretizava a legislação produzida no início do regime republicano (Cf. Charneca 2005). O espólio deste museu, eminentemente histórico e artístico, será constituído por peças oriundas não só do concelho de Abrantes, mas também de sete outros concelhos circunvizinhos – sendo que três destes nunca pertenceram ao Distrito de Santarém –, os quais vieram a constituir a «área regional» do museu (Cf. Idem). Diogo Oleiro foi ainda um dos co-autores dos *Anais Municipais de Abrantes*, presidiu à comissão municipal encarregue de rever a toponímia de Abrantes e é autor de estudos historiográficos (Charneca 2005: 99-101). A proposta museológica que Oleiro traz ao congresso é formulada com uma ênfase nacionalista: “A importância dos museus regionais como meio eficaz de contribuir para o conhecimento e divulgação do nosso património artístico, da nacionalização do nosso sentimento, da conservação das características regionais, é um facto indiscutível.” (1924: 45).

(...) – enfim todos os homens característicos nos quais palpita, estremece e vive subjectivamente a alma da sua terra e da sua gente.

Os pintores, os escultores que queiram regionalizar a sua índole artística têm um grande campo de acção (...) esculpindo os seus tipos natos e reflectindo a mesma terra através da pintura, nos seus aspectos culminantes, (...), as ceifas em que o trigo é ceifado ao sol pelas foices que reluzem como retalhos de cristal, as esperas de gado nas manhãs álacres de estio ribatejano, as tentas, as ferras, as mondas, as cavas, o rebanho que pasta, a lezíria verde toda manchada pela manada de gado bravo (...) – todos os aspectos da vida rural, da doce e tranquila vida rural que no meu torrão ribatejano dão à minha terra a mais alta expressão da velha e agrícola alma portuguesa. (Idem: 39-40)

O estudo, preservação e exaltação destes ‘aspectos da vida rural’, aos quais acrescenta os reportórios literários orais e os “costumes”, caberia também às novas disciplinas científicas e à literatura, ou seja, o “«folk-lore»” e o “regionalismo literário” (Costa 1924: 44 e 41). Por fim, o turismo auxiliaria este empreendimento mediante o desenvolvimento de uma interpretação arquitectónica local da «casa portuguesa» de Raul Lino que se conjugasse com a paisagem, sublimando-a: “O turismo é, por assim dizer, a estética do regionalismo. O regionalismo e o turismo completam-se, são consequência da valorização da paisagem.” (Idem: 44). O conjunto destes esforços constituiria então o regionalismo como “interpretação moral da planura”, “política da terra”, “a mais alta virtude da grei” (Idem: 42 e 43).

As propostas de Francisco Mota Cabral estão muito próximas das anteriores, mas quase se cingem à legitimação e valorização simbólica da tauromaquia – em especial as corridas de touros de morte, a propósito das quais convoca Fialho de Almeida e o conde de Sabugosa (cf. Cabral 1924). Assim, também não se lhe oferecem quaisquer dúvidas quanto à qualidade da luz e da policromia da paisagem do Ribatejo, lugar “por excelência (...) dos toiros e das diversões taurinas”, à fecundidade dos seus solos aluvionais, à abnegação, coragem e tenacidade no trabalho dos seus habitantes, qualidades morais imemoriais. De entre estes habitantes, só destaca o campino, as tarefas de que este se ocupa e o *fandango*, a “dança regional” que o mesmo protagoniza; relembrando a propósito do campino, e numa aparente contradição, as «algaras» da conquista cristã do

território nacional e as suas origens berberes ou árabes (cf. Sena 2018), com o auxílio de citações da *História de Portugal* de Oliveira Martins:

A toda esta mancha colorida de força bruta das manadas que povoam a lezíria, está ligado o cenário vivo das *apartações*, *conduções* e *esperas*, preliminares movimentados, de todas as diversões taurinas que no Ribatejo têm o lugar próprio, marcado pela paisagem e pelo clima, pincelado pelo traje garrido dos homens: são as *enchocalhações*, as *desmamas*, as *ferras* e finalmente a *corrida de touros*. Quem não viu o nosso campino a cavalo lidar com toiros em pleno campo, não conhece um dos mais belos traços da nossa vida ao ar livre! (Cabral 1924: 49)

(...) o campino empunha o pampilho, sobre os cavalitos pequenos e esguios, a um tempo velozes e resistentes que nas conduções de gado correm e saltam, horas seguidas, sob a têmpera rija do cavaleiro que, na ânsia de dominar e vencer, desconhece o cansaço – aqui vejo eu uma reminiscência das álgaras que na fundação da nacionalidade, os portugueses faziam contra os mouros. Eis porque, numa síntese de movimento, resistência e cor, a dança regional e característica é o endemoinhado fandango. (Idem: 48)

Cheio de carácter, inconfundível com os demais provincianos de Portugal, «a cavalo, de pampilho ao ombro, grossos sapatos ferrados, gorro vermelho na cabeça, o ribatejano pastoreando os rebanhos de touros nas campinas húmidas e vicejantes, é como o beduíno do Nilo». (Idem: 49)

É precisamente nesta época que, no contexto do processo de “selecção, categorização, transferência e «fixação»” de um reportório folclórico *ribatejano* “adequado, autorizado e intemporal” (Löfgreen 1989: 12), se elege o *fandango* como

símbolo regional e enquanto dança e forma musical – (quase) exclusivamente masculina – protagonizada pelo campino (cf. Cabral 1924)¹⁴.

Na sequência do congresso, a Liga Regionalista do Ribatejo e as associações patronais locais organizam, dois meses depois, na mesma cidade, as “Festas Regionais”, cujos principais eventos foram a “1ª Exposição de Produtos e Artes Regionais” – constituída por mais de uma centena de expositores e na qual participaram os “proprietários” ou “lavradores” de renome e relevo de cada concelho da região – e o prolongamento dos debates acerca da região por meio de conferências (cf. Liga Regionalista do Ribatejo 1923, Comissão Executiva do Congresso Ribatejano 1924, Cabral 1925 e Actas das Sessões das Câmara Municipal e Comissão Executiva da Golegã, para os anos de 1919 a 1923)¹⁵. Em ambas as ocasiões, tanto o propugnar pela instituição da região, como a reivindicação de poderes administrativos acrescidos para os municípios e a defesa dos interesses económicos nela estabelecidos, serão socorridos por argumentos geográficos e etnográficos que assentam sobre o modo como até então se imaginava o Ribatejo e os seus habitantes (cf. *idem*).

Na conferência de abertura das Festas Regionais de Santarém, Francisco Mota Cabral usa de empréstimo a Silva Teles o vago conceito de “ribategismo” – conceito em que se subsume o rio e o seu vale como núcleo geográfico e etnográfico da região (cf. Teles 1924a e Sena 2018 e 2022) – para sintetizar os seus argumentos anteriores, refutar algumas representações negativas acerca da região – nomeadamente a ideia de que o Ribatejo “não dá homens ilustres nas letras ou noutras manifestações da inteligência” (1924a: 19) – e afirmar a liderança regional de Santarém (cf. 1925). Neste sentido, é formulado com maior clareza o argumento de que a região constituiria um reduto da permanência no tempo das características (rurais e bélicas) que teriam contribuído para a consolidação do reino,

¹⁴ A centralidade do *fandango* como um dos emblemas do Ribatejo e do próprio país – a transição de “dança regional” para dança *nacional* dá-se nos anos trinta e quarenta do século XX –, é, como tal, uma consequência de processos de objectificação, nacionalização, regionalização e folclorização da cultura popular de matriz rural que culminaram durante a vigência do Estado Novo (cf. Castelo-Branco e Branco 2003, Melo 2001 e Ferrão 1987 e 1990).

¹⁵ Os vinte e quatro elementos que constituíram a ‘Comissão Organizadora’ da “1ª Exposição de Produtos e Artes Regionais” incluíam quadros superiores e dirigentes da Junta Geral do Distrito de Santarém, da Região Agrícola de Santarém, dos serviços de veterinária pecuária e da Divisão de Estradas distritais, chefias do Exército, dirigentes das agremiações patronais, “advogados e proprietários” fundiários e um professor liceal (cf. Liga Regionalista do Ribatejo 1923: s.p.).

(...) síntese do Portugal mais velho, o Ribatejo daguerreotipa virtudes ancestrais, longínquas no tempo, que ráticas tendências não deixam perder, e ressaltam ainda: às vezes, marteladas na forma; mas, quase sempre, puras na essência. (Cabral 1925: 16)

do qual o campino seria a expressão mais significativa, o elo com um tal passado:

Os toiros, com todo o cortejo de diversões violentas, pondo o homem em contacto com o perigo, exigindo-lhe arrojo, destreza e força, com toda a beleza de cor e de atitudes plásticas que têm na toirada a realização máxima (...), que rememoram senão os antigos torneios em que os cavaleiros se adestravam para a guerra? A choupa que encima o pampilho, que é senão o sucessor da lança? O barrete que é senão a gorra que recobria o arnês? A equitação que o ribatejano pratica desde criança, que é senão uma herança dos árabes e uma reminiscência da cavalaria da Idade Média?

Nesta tendência para a luta de que a ferra é o mais vigoroso exemplo, nesta instante necessidade de dominar a fera, sem outro fim que o lutar e vencer, está a outra virtude ancestral da grei. O Portugal da guerra, Portugal do arnês e lança! (Cabral 1925: 18-19)

Anote-se, por fim, que Francisco Mota Cabral, na sequência da sua participação nestas iniciativas, integrará a comissão permanente do congresso em Lisboa, composta por alguns “ribatejanos ilustres” e cuja missão seria a de criar as condições políticas e financeiras necessárias para a prossecução das propostas aprovadas pelos congressistas e para a realização de um segundo congresso – o qual só virá a ser organizado, duas décadas depois, pela Casa do Ribatejo, e que, aliás, contará com a sua colaboração. Mota Cabral manterá, de resto, entre os anos vinte e os anos quarenta, uma intensa actividade em prol do regionalismo ribatejano: irá coligir textos e publicar profusamente sobre temas respeitantes ao Ribatejo e à tauromaquia sob a forma de livros de crónicas (cf. 1920, 1925 e 1928) e de artigos – colaborará no Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém (cf.

1933 e 1936), no Boletim da Junta de Província do Ribatejo (cf. 1940) e em revistas literárias como a Contemporânea (cf. 1923).

2. Outras Vozes (Dissonâncias)

As representações acerca do Ribatejo, da sua paisagem e dos seus habitantes aqui recenseadas tiveram nesta época outras expressões que podemos considerar como dissonantes em relação àquelas que se estavam a tornar hegemónicas. A ficção de Joaquim Neves Sequeira de Carvalho, por exemplo, apesar de classificada como «regional» pelo seu autor, está longe da conformidade com o regionalismo literário advogada por Joaquim Correia da Costa. Os objectos e os sentidos da sua prosa descritiva de pendor realista e etnográfico afastam-se das exortações nacionalistas, tradicionalistas e regionalistas que se estavam a tornar hegemónicas na região (cf. Carvalho 1922)¹⁶. Alguns exemplos: o campino José Primavera, “primeira vara do Ribatejo”, suicida-se em plena arena, na *pega* de um touro, a fim de recuperar a honra perdida no adultério da consorte com o filho do seu patrão. João da Toureira, um guardador de touros de marqueses terratenentes, consegue o matrimónio da filha – a quem lhe haviam sonogado a “honra” – ao salvar heroicamente uma vida. Uma “cheia”, causa de fome e de morte entre os camponeses, revela a elevação moral de João Iria, um camponês, ao salvar o filho da mulher que o rejeitara (cf. idem). Isto na época em que se afirmava a ideia de que “[é] o campino a figura típica genuína que simboliza o homem português” (Carmo 1926: 113), e que, na etnografia, enquanto campo de saber que se organizava, José Leite de Vasconcelos consagra alguns textos ao Ribatejo e aos seus habitantes, onde regista e articula as representações acima analisadas (cf. 1923, 1933 e 1980).

Em 1927, ano de intensa luta política, é publicado o segundo volume do *Guia de Portugal*, dedicado à Estremadura, Alentejo e Algarve, com a chancela da Biblioteca Nacional e sob a direcção de Raul Proença (1884-1941), então exilado em Paris. O

¹⁶ Joaquim Neves de Sequeira Carvalho (1880-1932), natural de Benavente, fundou e dirigiu o semanário O Benaventense (editado entre 1896 e 1928) e desempenhou os cargos de vice-presidente do executivo camarário (1905-1913) e de administrador do concelho de Benavente (1913-1916). Na década de trinta, é proprietário, editor e chefe de redacção do semanário vila-franquense Mensageiro do Ribatejo (editado entre 1930 e 1941), em cujas páginas foram publicados inicialmente alguns dos autores locais do movimento literário neo-realista. A sua ficção de temática regionalista é encetada, em 1920, com *Ribatejanos (Contos Regionais)*, um conjunto de contos que refunde dois anos depois.

Ribatejo surge aí descrito, anote-se, como uma *região* que integra a Estremadura – nomeadamente nos textos de, entre outros, Francisco X. C. Silva Teles, Raul Proença, Diogo Oleiro (sobre Abrantes) e Hipólito Raposo¹⁷ (sobre Mação). Textos estes que se socorrem frequentemente de alguns dos autores já referidos. Silva Teles reforça aí a sua argumentação em torno da unidade e especificidade da região:

Os campinos das lezírias, os marnotos das salinas, os fragateiros de Vila Franca, os pastores das charnecas de Coruche, os cultivadores dos arrozais, os rendeiros das lavouras e os profissionais da olivicultura e viticultura são tipos que traduzem formas de actividade, representam nos diferentes quadros da grei ribatejana o elemento dominante, com hábitos especiais e modos de vida diversos. Adentro da uniformidade regional, cada particularidade da terra ou do rio polariza a população num determinado sentido. Por isso a paisagem ribatejana nos impressiona ora por uma feição que mais se destaca – planura vasta, majestade do rio, simplicidade do manto vegetal –, ora pelo esforço que o tipo humano, de rara plasticidade, seco, de traços rectilíneos, desenvolve na sua labuta quotidiana – lavrador ou pastor, barqueiro ou salineiro –, ora é o conjunto que nos fere, de uma beleza excepcional, e inteiramente diverso de qualquer outro trecho da terra portuguesa. (1927: 325)

E Raul Proença, apesar de contestar a beleza única dos povoados locais e a já estabelecida comparação do vale do Tejo com o vale do Nilo, não deixará de sublinhar a fertilidade dos seus solos e os efeitos das inundações fluviais, a tauromaquia e as suas diversas práticas, assim como não deixará de descrever o traje e exaltar as qualidades morais e físicas do campino, considerando-o, de modo irónico e influente, o vero representante do Ribatejo, cujo vestuário incumbia aos terratenentes conservar e promover:

¹⁷ José Hipólito Vaz Raposo (1885-1953), formado em Filologia Românica (em Coimbra), foi professor do Conservatório de Lisboa, advogado, dirigente e ideólogo do integralismo Lusitano. Paralelamente, produziu obra literária e historiográfica.

Contemplar uma *cheia* do alto das Portas do sol em Santarém ou da Senhora do Pranto na Chamusca é um dos espectáculos mais singulares de Portugal. (1927: 328).

Mas como são curiosas e características, em compensação, as fainas da vida rural, que antes diríamos verdadeiras festas pagãs em que o touro tem o principal papel! E em verdade a *enchocalhação*, a *apartação*, a *desmama*, a *capação* dos garraios, a *ferra*, a *tenta*, (...) são, antes de mais nada, jogos de audácia, de força atlética e de destreza (...). Neles se afirma o garbo, a bravura, a agilidade duma raça, afeita à liberdade sem peias da campina, insuportavelmente vaidosa e paparreta, pimpona mas galharda (...). (1927: 328-329).

Bem fariam os grandes lavradores ribatejanos se propagassem este traje [o do campino] tão incomparavelmente colorido e plástico, a mais áacre e bem achada expressão da vida nómada e bravia desses gaúchos e beduínos da lezíria, e que eles deveriam considerar, pois, como a mais bela e expressiva obra de arte da região em que dominam. Eis uma tarefa *conservadora* (no bom sentido da palavra) que não faria mal ao Cadavais, aos Marialvas, aos Palmelas, aos Infantes, aos Palha Blancos, aos Alves do Rio, a todos esses grandes proprietários e ganadeiros que ainda contam cabeças de gado por milhares e não conseguem abarcar dos mirantes das suas casas rurais limite aos seus territórios. O Cabaceiro (...) não é, por muito que lhes custe, nem a maior, nem a mais típica «obra de arte» do Ribatejo... (1927: 331).

Leite de Vasconcelos dedicou por esta época uma nota etnográfica aos campinos – nomeadamente sobre a sua ocupação, vestuário e utensílios –, inserta em “Etnografia Estremenha”, na qual não só subsume o Ribatejo à Estremadura como descreve uma faceta dos guardadores de gado bovino bravo menos conforme aos valores da masculinidade ideal hegemónica (cf. Miguel Vale de Almeida 1995, 1997 e Vasconcelos 1923). Assim, neste breve texto, o etnógrafo faz referência (irónica) ao facto de os campinos fazerem com as suas próprias mãos e meios algumas das suas peças de roupa – na esteira, aliás, de uma anotação semelhante de Alberto Pimentel (cf. 1908) –,

Nas horas vagas em que estão guardando o gado, ocupam-se muito a fazer não só *galrichos* (...), cachimbos de pau e colheres de chifre, mas trabalho próprio de mulheres: renda, meia, croché, – quase como Hércules, quando vestido de trajos femininos, fiava ao pé de Ônfale, para se lhe tornar querido! (1923: 50; grafia actualizada)

evocando também uma água-forte de Rafael Bordalo Pinheiro que retrata um campino «no acto de fazer a meia».

Por outro lado, a narrativa infanto-juvenil de Maria Angelina e de Raul Brandão tecida em torno do país e da sua diversidade, *Portugal Pequeno* (2003), permite-nos identificar tanto as representações da região mais consolidadas como os modos menos frequentes de a conceber. Neste sentido, podemos salientar a visibilidade simbólica atribuída aos grupos de trabalhadores migrantes oriundos das regiões circunvizinhas e a representação primordial e menos ridente da região e dos seus habitantes:

O Ribatejo é um pântano com todas as suas consequências. (...) A água é a essência desta paisagem e o Ribatejo um fantasma. Água, e tão espalhada que só se empregam dois meios de transporte, o barco e o cavalo – o barco na época das cheias, o cavalo quando a terra fica a descoberto. Os tipos são taciturnos e impassíveis. A febre destrói-lhes o fígado. No Verão não querem ou não podem trabalhar: vêm de fora raças mais resignadas – os ratinhos, os gaivéus, os urrenhos, para a sacha, para a azeitona, para a ceifa. (2003: 120)

Algumas [éguas] com os filhos, acabados de nascer, desproporcionados e com grandes pernas de aranha sustentando o corpo muito curto, chegam-se, ainda trôpegos, para o homem e o rapaz, que vivem com eles, tão bichos como eles. Bandos de vacas vêm do pasto com bezerros saltando à frente, e pastam a erva humedecida pelo céu toldado onde as cegonhas planam muito alto. Um campino, de vara na mão, montado na albarda de pele de ovelha, galopando atrás de uma rês tresmalhada, com o barrete verde debruado de vermelho na cabeça, e a jaleca azul apertada no tronco, pronto para a estatuária, é a única figura que se destaca no quadro pastoril. (Idem: 122)

Toda a cultura foi conquistada ao rio soberano e hoje tudo está como no princípio do mundo, reduzido à imensa maravilha da água. As estradas desapareceram, os tabuleiros de vegetação sumiram-se sob a toalha líquida. Só emergem as pontas das árvores que limitam os campos, os choupos ou pomares, macieiras e pereiras em flor, saindo da água barrenta que se não vê correr. O Tejo que no verão empoça e cheira mal, depois de um mês de chuva, retomou os seus limites naturais. (Idem: 124)

Este modo de representar o Ribatejo e os seus habitantes – por meio do campino, já símbolo regional –, como gente insubmissa, corajosa ou orgulhosa de si, irá ecoar, mais tarde, nos primeiros textos neo-realistas.

3. Imagens do Ribatejo: pintura, fotografia, cinema e azulejaria

A importância atribuída ao levantamento (por vezes sistemático) das paisagens e da produção material e simbólica das classes dominadas (sobretudo as rurais), reflecte-se tanto na sua descrição literária (em sentido lato) como no registo pictórico. A partir dos meados do século XIX, primeiro com o romantismo e depois com o naturalismo, as paisagens campestres, as figuras e os costumes camponeses deixam de ser apenas objectos da literatura e da gravura para serem igualmente eleitos por outras formas de arte, nomeadamente as pictóricas, como a pintura (cf. França 1990 e Rio-Carvalho 1986), a fotografia (Figueiredo 2000), o cinema (cf. Ramos 2001, Torgal 2001 e Matos-Cruz 1999) e a azulejaria (cf. Henriques 2005 e Magalhães 2018). A planície, a figura e o traje do campino¹⁸ constituem, no que tange ao Ribatejo, alguns desses motivos de eleição por parte das artes plásticas. Nesse sentido, e começando pela pintura, podemos referir a obra pictórica de Alfredo Roque Gameiro (1864-1935) – com a água-forte já aludida –, Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905) – que esboça e pinta campinos¹⁹ –, António da Silva Porto (1850-1894) – com o óleo *O Campino* (1887) – e de António Ramalho (1859-1916) –

¹⁸ Traje este que é descrito por quase todos os autores referidos neste artigo.

¹⁹ Nomeadamente os seus trabalhos formativos, como os desenhos de campinos esboçados entre 1869-1871 na Azinhaga ou o óleo intitulado *Campino* de 1875 (seguir esta hiperligação <https://museubordalopinheiro.pt/item/campino/>; última consulta em janeiro de 2025).

com a aguarela *Campino* (1879). Mais tarde, D. Carlos I, nos seus passatempos, haveria de pintar uma aguarela em que retrata um campino, intitulando-a de *Lembrança do Ribatejo* (1894).

Um ano após a intentona de Braga, a companhia de caminhos-de-ferro portuguesa inaugurava em Santarém uma estação ferroviária cujo traço é influenciado pelas propostas arquitectónicas de Raul Lino (1879-1974) e cujos silhares de azulejos reproduzem os monumentos mais celebrados da cidade – como a Igreja da Graça e o Cabaceiro –, a planície aluvionar, a conquista da cidade aos «mouros» e os ‘tipos regionais’ – entre os quais se destaca o campino (cf. Sena 2000). Um ano depois, a Câmara Municipal de Santarém encomenda a Cassiano Branco (1897-1970) o projecto de um mercado coberto que albergasse o mercado ao ar livre que se organizava diariamente na «Praça Velha» (cf. Custódio 1996)²⁰. O local escolhido para erguer este equipamento – cujo debuxo denota, à semelhança da estação ferroviária da cidade, uma continuidade em relação aos “modelos tradicionais da arquitectura portuguesa” (Custódio 1996: 189) – foi o «Chão da Vila» ou «Campo fora da Vila». O projecto contemplava, também, um (único) painel de azulejos, “referente a cena do mercado no Chão da Feira” e encomendado à Fábrica Aleluia, que reveste a fachada da porta principal (cf. Idem: 190). No entanto, a obra, inaugurada em 1930, haveria a breve trecho de ser transformada num sentido que reflectia não só a influência de novas tendências decorativas, mas, sobretudo, a imposição do interesse e do gosto por tudo o que fosse regional e nacional:

Estava em voga nessa época [o início dos anos trinta do século XX], em Portugal, a decoração exterior com motivos de propaganda turística e de promoção regional e o Mercado Municipal de Santarém passava a ser o centro de actividades económicas e sociais de uma região que viabilizava a divulgação dos valores paisagísticos, culturais, monumentais e etnográficos da capital do Ribatejo. (Custódio 1996: 190)

Assim, para decorar os vãos das portas exteriores do novo mercado, a edilidade decide, em 1932, encomendar à Fábrica de Louça de Sacavém cinquenta e cinco painéis

²⁰ A intenção de acomodar o pequeno comércio local em instalações próprias datava da última década de oitocentos (cf. Custódio 1996).

de azulejos de motivos regionais, com a assinatura de diversos artistas, onde figuram os campinos e demais figuras da pastorícia e da agricultura envolvidas em tarefas que as identificam, os monumentos e as paisagens locais (cf. idem). A colocação destes silhares é concluída, significativamente, em 1936, ano em que é promulgada a reforma administrativa provincial – que institui o Ribatejo como «província» – e em que é organizada a Exposição – Feira de Santarém (cf. Custódio 1996 e Sena 2000).

O Ribatejo e os seus habitantes serão igualmente eleitos como motivos paisagísticos e etnográficos pelos fotógrafos em actividade em Portugal – ou em cada lugar onde se estabelecia um fotógrafo amador²¹. É ampla a presença destes motivos na imprensa da época em análise, como se pode aferir pela divulgação dos *clichés* de, entre outros, Carlos Relvas e Campos (1838-1894), José Relvas (1858-1929), Joshua Benoliel (1873-1932) e Emílio Biel (1838-1915), em periódicos como a *Ilustração Portuguesa*²², *O Século* e o *Diário de Notícias*. Quanto ao cinema, à época um meio de comunicação emergente, a atenção noticiosa e documental que recai sobre a região não se cinge aos efeitos das inundações do rio Tejo e seus afluentes. Em 1896, poucos dias depois da estreia do animatógrafo na capital, projectavam-se filmes em Santarém, no Teatro Rosa Damasceno, entre os quais uma «actualidade» de tecnologia agrícola, a *Debulhadora Mecânica*, filmada “em activo serviço nos campos do Ribatejo”, conforme se lê num periódico local (Barbosa s.d). Poucos anos depois, uma das feiras anuais de Santarém é documentada em imagens em movimento (cf. Matos-Cruz 1989). Mas são as práticas tauromáquicas *do/no* Ribatejo que vão tornar-se um objecto recorrente no cinema, tanto documental como ficcional (cf. idem, Matos-Cruz 1999). Os primeiros filmes de «actualidades» e documentais que registam estas práticas datam das duas primeiras décadas do século XX. São exemplos: *Tenta de Gado Bravo na Propriedade de Emilio Infante com o Espada Bombita* (Lusa Film, 1914), *Corrida de Touros em Vila Franca* (1922), *Os Campinos: Estudos de Costumes Portugueses* (1923) e *Festa de Campinos em Vila Franca* (1923) – os três últimos de Albert Durot (cf. Matos-Cruz 1989). Já a ficção cinematográfica de temática ribatejana teria de esperar pela década de trinta para

²¹ Como é o caso já referido de Carlos Relvas e Campos, na Golegã, ou de Francisco Inácio da Silva, em Santarém – cujas fotografias das inundações do Tejo são publicadas nas páginas da *Ilustração Portuguesa* (25 de Novembro de 1907, IV Volume: 617-618).

²² A *Ilustração Portuguesa* é um caso paradigmático deste uso da fotografia de ‘amadores’. Para além da ilustração fotográfica do sobredito artigo de Marcelino Mesquita (cf. 1908), a cargo de José Relvas, podemos indicar, por exemplo, a cobertura fotográfica de Joshua Benoliel a uma reportagem sobre a exploração agrícola de José Palha Blanco em Castanheira, concelho de Azambuja (cf. *Os Grandes Lavradores do Ribatejo – O Sr. Palha Blanco*, 18 de Novembro de 1907, IV Volume: 623-631).

chegar ao grande ecrã, significativa e nomeadamente com *Campinos do Ribatejo* (1932), de António Luís Lopes (1893-1972) – embora *A Severa* (1931) de José Leitão de Barros (1896-1967) tivesse sido em parte rodado na região e contasse com António Luís Lopes, então ainda e só toureiro amador, no papel de Marquês de Marialva, e com Francis, que voltou a dançar um *fandango*, desta feita para as plateias de cinema (cf. Matos-Cruz 1989).

4. Conclusões

É no período que decorre entre os meados do século XIX e os meados do século XX, que os estereótipos acerca dos campinos e os seus nexos com a identificação do Ribatejo e da nação são formados, consolidados e estabelecidos, à medida que a cultura popular – nomeadamente a das classes dominadas rurais – é objectificada, nacionalizada e regionalizada (cf. Leal 2000, Medeiros 2003, Ramos 2004). Em 1926, ano em que os insurgentes de Braga põem fim ao regime democrático republicano, esse processo afigura-se consolidado, conforme o testemunha a afirmação do historiógrafo da tauromaquia citada na epígrafe a este *working paper* (cf. Carmo 1926): o campino, símbolo dilecto do Ribatejo, já era elegível como símbolo do «homem português». Por outro lado, conforme um argumento de João Leal, da mesma forma que os discursos etnográficos nacionalizadores produzidos no «centro» vão eleger e descontextualizar determinados aspectos culturais das províncias para os integrar como parte legitimada da cultura nacional, os discursos regionalistas subsequentes vão afirmar o Ribatejo enquanto região/província e «quintessência» do país, recontextualizando e regionalizando (isto é, particularizando) esses mesmos aspectos culturais no contexto da nação (cf. Leal 2000). Os campinos constituem, para o caso do Ribatejo, um desses aspectos, ou temas, simultaneamente nacionalizados e regionalizados pelos discursos de identidade nacional e regional (cf. Sena 2022).

Neste contexto, a produção, selecção, negociação e reutilização destes aspectos culturais (cf. Leal 2000) referentes ao Ribatejo constituem o resultado de uma intensa produção erudita e de práticas como o folclore, os cortejos e as exposições etnográficas, os certames e os congressos regionalistas, os monumentos e os museus – inclusive de iniciativa e ou com apoio oficial estatal e local –, a literatura e a arte (pictórica). Assim,

podemos incluir a região em análise na sugestão que António Medeiros faz a partir da sua análise dos estereótipos referentes ao Minho, segundo a qual,

(...) uma caractereologia das províncias – uma soma disponível de recursos de identificação estereotipada destas partes distinguidas no território do país – resultou de sobreposições mutuamente influentes de produções literárias, iconográficas e científicas, cujos contributos respectivos são relativamente inextricáveis (...). (2003: 28)

Ora é a partir destes recursos e de algumas destas práticas, que os discursos etnográficos produzidos na região – mormente os produzidos pelo movimento regionalista ribatejano durante a década de 1920 – e aqueles que emanam do «centro», vão consolidar, numa relação de negociação e de resistência (cf. Leal 2000), um quadro duradouro de imaginação etnográfica do Ribatejo e do país, no qual se estabelecerão, longamente, os limites simbólicos da sua representação.

Bibliografia

ALMEIDA, Fialho de, 1934 [1889-1893], *Os Gatos – Publicação Mensal de Inquérito à Vida Portuguesa*, Vol. IV. Lisboa, Livraria Clássica Editora.

ALMEIDA, Miguel Vale de, 1997, “Marialvismo. Fado, Touros e Saudade como discursos da masculinidade, da hierarquia social e da identidade nacional”, *Separata de Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, volume 37 (1-2). Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 41-65.

ALMEIDA, Miguel Vale de, 1995, *Senhores de Si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa, Fim de Século.

AMARO, António Rafael, 2006, “As manifestações regionalistas em Portugal durante a I República e no início do Estado Novo (1910-1939)”, *Revista Portuguesa de História*, 38. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Instituto de História Económica e Socialpp. 399-418.

AMARO, António Rafael, 1996, “Os congressos regionais das Beiras e o regionalismo em Portugal (1921-1940)”, em *Portugal e as Regiões: perspectivas históricas - Actas do XVI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*. Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 71-92.

BARBOSA, Luísa Teixeira, 1988, *Feira Nacional da Agricultura. Feira do Ribatejo – Retrospectiva. 1954-1988*. Santarém, Comissão Executiva da Feira do Ribatejo/Feira Nacional da Agricultura.

BOTTOMORE, Thomas. B., 1973 [1964], *Elites and Society*. Harmondsworth, Reino Unido, Penguin Books.

BRANDÃO, Maria Angelina e BRANDÃO, Raul, 2003 [1928], *Portugal Pequenino*. Lisboa, Veja: 117-125.

CABRAL, Francisco Mota, 1925, *Ao Sol – Notas dum Ribatejano*. Lisboa, Portugalíia.

CABRAL, Francisco Mota, 1924 [1923], “Toiradas na Região Ribatejana”, em *Congresso Ribatejano*. Lisboa, Casa Progresso, 47-56.

CARMO, José Pedro do, 1926, *Touros. Arte Portuguesa*. Lisboa, Livraria Popular.

CARVALHO, Joaquim Neves Sequeira de, 1922 [1920], Ribatejanos (Aquarelas Regionais). Lisboa, Sociedade Editora Portugal-Brasil.

CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan, BRANCO, Jorge Freitas (org.), 2003, Vozes do Povo, A Folclorização em Portugal. Lisboa, Celta.

CATROGA, Fernando, 2006, “A República, Una e Indivisível (No princípio era a Província)”, Revista de Histórias das Ideias, 27. Portugal, 171-249.

CHARLE, Christophe, 1980, “Région et conscience régionale, questions à propos d'un colloque”, Actes de la recherche en sciences sociales, 35, novembre 1980, 37-43.

CHARNECA, Maria Armanda, 2005, Uma Rede de Museus para Abrantes. Museu D. Lopo de Almeida - Passado, Presente e Futuro, dissertação. Lisboa, Universidade de Lisboa/Faculdade de Belas Artes.

COMISSÃO EXECUTIVA DO CONGRESSO RIBATEJANO, 1924 [1923], Congresso Ribatejano. Lisboa, Casa Progresso.

COSTA, Joaquim Correia da, 1924 [1922], “A Terra Ribatejana”, em Congresso Ribatejano. Lisboa, Casa Progresso: 28-44.

CRUZ, Manuel Braga da, 1982, “O integralismo lusitano nas origens do salazarismo”, Análise Social, vol. XVIII, 70, 107-182.

CUSTÓDIO, Jorge, 1996, “Mercado Municipal”, em Património Monumental de Santarém. Santarém, Câmara Municipal de Santarém/Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém.

DAVEAU, Suzanne, J. MATTOSO e D. BELO, 1998, Portugal – O Sabor da Terra – O Ribatejo. Lisboa, Círculo de Leitores/Pavilhão de Portugal - Expo'98/Autores.

DIAS, Carlos Malheiro, 1982 [1904], Ciclorama Crítico de um Tempo. Antologia. Lisboa, Vega.

FERRÃO, Nelson Humberto, 1990, “O Folclore no Ribatejo. O Ribatejo nos anos 30/60”, em I Congresso de Folclore: Comunicações, recomendações e Propostas. Santarém, Região de Turismo do Ribatejo, 147-153.

FERRÃO, Nelson Humberto, 1987, “A ‘Política do Espírito’ e o ressurgimento folclórico no Distrito de Santarém. 1930/60. 1ª Aproximação”, em Temas de História do Distrito de Santarém. Santarém, Escola Superior de Educação de Santarém, 721-739.

FERREIRA, Carlos Antero, 1987, Tapada da Ajuda – O Palácio de Exposições, Coleção Património. Lisboa, Passado Presente.

FIGUEIREDO, Filipe A. C. de, 2000, Nacionalismo e Pictorialismo na Fotografia Portuguesa na 1ª metade do século XX: o caso exemplar de Domingos Alvão, Dissertação de Mestrado em História da Arte. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

FORTE, Maria João, 1996, As Casas Regionais em Lisboa. A Casa das Beiras. Regionalidade e Associativismo, dissertação de mestrado inédita, texto policopiado. Lisboa, F.C.S.H./U.N.L.

FRANÇA, José-Augusto, 1990 [1966], A Arte em Portugal no Século XIX, 2 vols. Lisboa, Bertrand.

FREIRE, Natércia, s.d. [1968], O Ribatejo – Antologia da Terra Portuguesa. Lisboa, Livraria Bertrand.

GIRÃO, Aristides de Amorim, 1933 [1928-1930], Esboço duma Carta Regional de Portugal, edição refundida e aumentada. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

GUIEU, Jean-Michel, 2003, “Régionalisme et idée européenne dans la première moitié du XXe siècle: le cas de Jean Charles-Brun (1870-1946)”, em Le Fait Regional et la Construction Européenne. Bruxelas, Bruylant.

HENRIQUES, Paulo, 2005, A Arte do Azulejo em Portugal do séc. XV ao séc. XX. Lisboa, CajaDuero.

LEAL, João, 2000, Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional. Lisboa, Publicações Dom Quixote.

LIGA REGIONALISTA DO RIBATEJO, 1923, 1ª Exposição de Produtos e Artes Regionais – Catálogo. Santarém, Liga Regionalista do Ribatejo.

LISBOA, Eugénio, (coord.), 1985-1994, Dicionário Cronológico de Autores Portugueses, vários volumes. Lisboa, Publicações Europa-América.

LÖFGREEN, Orvar, 1989, “The nationalization of culture”, *Ethnologia Europaea*, XIX, 5-24.

LOPES, Ana Maria Costa, 1990, O Conto Regional na Imprensa Periódica de 1875 a 1930. Lisboa, Universidade Católica Portuguesa/CEP.

LOPES, Fernando Farelo, 1982, “A revista «Pela Grei» (doutrina e prática políticas)”, *Análise Social* (72-73-74), 759-772.

MAGALHÃES, Fernando P. O., 2018, “Turismo, Museus e Metamorfoses do Azulejo Português no espaço e no tempo”, *Revista Iberoamericana de Turismo*, Vol. 8, 4, 24-52.

MATOS-CRUZ, José de, 1989, *Prontuário do Cinema Português 1896-1989*. Lisboa, Cinemateca Portuguesa.

MATOS-CRUZ, José de, 1999, *O Cais do Olhar*. Lisboa, Cinemateca Portuguesa.

MEDEIROS, António, 2003 [1994], *À Moda do Minho – Um Ensaio Antropológico*. Lisboa, Edições Colibri/DepANT-ISCTE.

MELO, Daniel, 2006, “Aquém do Marão. O associativismo regionalista transmontano em Portugal e na diáspora”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 50, 67-87.

MELO, Daniel, 2004, “Longe da vista, perto do coração: o associativismo regionalista no império português”, em *A Questão Social no Novo Milénio*, VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra/Centro de Estudos Sociais, s.p.

MELO, Daniel, 2001 [1998], *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais/Imprensa de Ciências Sociais.

MESQUITA, Marcelino, 1913 [1896], *Na Azenha*. Lisboa, Parceria António Maria Pereira/Livraria Editora.

MESQUITA, Marcelino, 1908, “Os Campinos”, *Ilustração Portuguesa*, 109 (II), 23 de Março.

- MONTEIRO, José L. C., 2009, *Federalismo, Regionalismo e Municipalismo em Portugal (1920-1922)*, policopiado. Lisboa, Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras.
- NOGUEIRA, José Félix Henriques, 1851, *Estudos sobre a Reforma em Portugal*. Lisboa, Tipografia Social.
- NUNES, Graça Soares, 2003, “Contributos para a Caracterização Socioeconómica de Vila Franca de Xira no Século XIX”, em *Vila Franca de Xira, Tempos do Rio, Ecos da Terra*. Vila Franca de Xira, Museu Municipal de Vila Franca de Xira: 131-141.
- NUNES, Joaquim António, 1989, *Regionalismo, Cultura e Turismo. Síntese Histórica da Casa do Algarve*. Lisboa, Casa do Algarve.
- OLEIRO, Diogo da Silva, 1924 [1923], “A Região; Limites; Características; Museus Regionaes”, em *Congresso Ribatejano*. Lisboa, Casa Progresso, 45-46.
- OLIVEIRA, César, (dir.), 1996, *História dos Municípios e do Poder Local. Dos Finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa, Temas e Debates.
- PIMENTEL, Alberto, 1908, *A Estremadura Portuguesa – Primeira Parte – O Ribatejo*. Lisboa, Livraria Guimaráes & C^a.
- PINTO, António Costa, 1982, “A formação do integralismo lusitano (1907-1917)”, *Análise Social*, vol. XVIII, 72-73-74, 1409-1419.
- PRISTA, Pedro, 1997, “O *Livro de Alportel* e a Etnografia em Estanco Louro”, *Etnográfica*, 1, 2, 259-270.
- QUEIROZ, António José, 2010, *Um Projecto Descentralizador: o Núcleo Republicano Regionalista do Norte (1920-1924)*. Porto, O Progresso da Foz.
- RAMOS, Rui, 2001 [1994], “A Segunda Fundação (1890-1926)”, em José Mattoso (dir.), *História de Portugal – A Segunda Fundação (1890-1926)*, Volume 6. Lisboa, Editorial Estampa.
- RATO, António C. F. D., 2009, *Marcelino Mesquita (1856-1919): aspectos da sua vida e memória pública*, dissertação. Lisboa Universidade Aberta, em <<http://hdl.handle.net/10400.2/1363>> (acesso em agosto de 2021).

RIBEIRO, Orlando, 1995, “Uma região portuguesa do Sul e do interior: o Ribatejo”, *Opúsculos Geográficos, Estudos Regionais*, VI. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 445-495.

RIO-CARVALHO, Manuel (dir.), 1986, *História da Arte Portuguesa – Do Romantismo ao Fim do Século*, Vol. 11. Lisboa, Alfa: 329-338.

SENA, Pedro Silva, 2022, “Ribatejo: notas sobre Geografia e História”, working paper nº 22. Lisboa, CRIA/Nova FCSH, em <<https://www.cria.org.pt/en/working-papers>> (acesso em 19.04.2024).

SENA, Pedro Silva, 2018, “Campinos, touros e cheias na lezíria: produção social das representações hegemónicas do Ribatejo”, working paper nº 16. Lisboa, CRIA/Nova FCSH, em <<https://www.cria.org.pt/en/working-papers>> (acesso em 02.02.2021).

SENA, Pedro Silva, 2011 [2008], “Estereótipos Regionais e Usos da Cultura Popular: o Ribatejo e os Campinos”, em Clara Sarmento (coord.), *Diálogos Interculturais: Os Novos Rumos da Viagem*. Porto, IPP-ISCAP-CEI/FCT/Vida Económica – Editorial S.A, 137-141.

SENA, Pedro Silva, 2000 [1997], “A figura do campino: a Feira do Ribatejo/Feira Nacional da Agricultura de Santarém como lugar de reflexão antropológica (1936-1993)”, em Programa Nacional de Bolsas de Investigação para Jovens Historiadores e Antropólogos, 3ª Edição, 1996/97, Beira Litoral, Estremadura e Ribatejo. Lisboa, Fundação da Juventude: 121-181.

SERRA, João Bonifácio, 1997, “A produção das regiões e o caso do Oeste: notas para discussão”, II Seminário do Património da Região do Oeste, Sobral de Monte Agraço, Janeiro de 1997, em <<http://cidadeimaginaria.org>> (acesso em 19.04.2024).

SERRA, João Bonifácio, 1996, “Os Poderes Locais: Administração e Política no Iº Quartel do Século XX”, Oliveira, César (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local. Dos Finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa, Temas e Debates: 264-280.

SIMÕES, Pedro, 2005, *As Fronteiras Internas da Nação: A Imagem da Beira no Estado Novo (A Casa das Beiras: 1939-1959)*. Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique.

SOBRAL, José Manuel, 2007, “Nacionalismo, culinária e classe. A cozinha Portuguesa da obscuridade à consagração (Séculos XIX-XX)”, *Ruris*, 2, 13-52.

TELES, Francisco Xavier Silva, 1991 [1927], “Ribatejo”, em Guia de Portugal. Estremadura, Alentejo, Algarve. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 321-328.

TELES, Francisco Xavier Silva, 1924a [1923] “A Região Ribatejana e seus limites”, em Congresso Ribatejano. Lisboa, Casa Progresso, 15-21.

TELES, Francisco Xavier Silva, 1924b [1923] “As relações de continuidade da Região Ribatejana”, em Congresso Ribatejano. Lisboa, Casa Progresso, 23-27.

THIESSE, Anne-Marie, 1991, *Écrire la France. Le Mouvement Littéraire Régionaliste de Langue Française entre la Belle Époque et la Libération*. Paris, Presses Universitaires de France.

TORGAL, Luís Reis, (coord.), 2001, *O Cinema Sob o Olhar de Salazar*. Lisboa, Temas e Debates.

TRINDADE, Maria Beatriz Rocha, 1994, “Groupes d'appartenance et logiques identitaires: les associations régionales à Lisbonne”, em *Ethnologie du Portugal: unité et diversité*. Actes du Colloques. Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 109-121.

VASCONCELOS, José Leite, 1980 [1933], *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização, Volume I*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

VASCONCELOS, José Leite, 1933, “Ribatejo”, *Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém*, 32 a 42, Julho a Dezembro, Santarém, 20-22.

VASCONCELOS, José Leite, 1923, “Etnografia Estremenha”, *Boletim de Etnografia*, 2, 44-51, em <<https://archive.org/stream/boletimdeetnogra15museuoft#page/68/mode/2up>> (acesso em 24.04.2024).

VAQUINHAS, Irene Maria, Margarida NETO, 1998 [1993-94], “Agricultura e mundo rural: tradicionalismo e inovações”, em *História de Portugal – O Liberalismo (1807-1890)*, José Mattoso (dir.), Volume 5. Lisboa, Editorial Estampa, 279-289.

VIANNA, Carlos Y., 1905, *A Raça Brava no Ribatejo*. Lisboa, Instituto de Agronomia e Veterinária/Imprensa Ferreira & Oliveira Limitada.

VIEIRA, Rui Rosado, 2005, *O Associativismo Alentejano na Cidade de Lisboa no Século XX*. Lisboa, Edições Colibri/Casa do Alentejo.

Periódicos

Jornal de Santarém 1887.

Ilustração Portuguesa 1907 e 1914.

Contemporânea 1923.

De Teatro 1924.

Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém 1933 e 1936

Vida Ribatejana 1948.

Correio do Ribatejo 2007.

Documentos

Actas das Sessões das Câmara Municipal e Comissão Executiva da Golegã, 1919 a 1923.